



TP	10:25	HV630
TP	11:45	TP1682 EK7402
easyJet	12:10	TOM2103
TRAVEL Savia	12:10	EZY5136
Thomson Airways	12:20	QS3423
7 AIR	12:35	TOM1105
TP	13:00	WV854
TP	14:05	TP1678 EY5851

Aeroporto "já devia ter solução"

A inoperacionalidade do Aeroporto da Madeira é uma das fragilidades do Turismo e "já devia haver solução", critica o presidente da delegação regional da Ordem dos Economistas.

"Há até quem se tenha oferecido para pagar os radares, mas depois é assim, assado e cozido e não temos solução. Com o recuperar da atividade, esta questão volta a colocar-se", declara.

FOTO JOANA SOUSA

TAP

Economistas defendem fim dos subsídios às viagens

Nas vésperas da Conferência Anual do Turismo, o presidente da delegação regional da Ordem dos Economistas falou ao JM e à rádio 88.8 sobre os temas marcantes do panorama regional.

Por **Patrícia Gaspar**
patricia.gaspar@jm-madeira.pt

Um dos "grandes vícios do sistema dos subsídios" é a distorção criada pelo Estado "por melhor que seja a sua intenção". Ao JM e à rádio 88.8, Paulo Pereira, líder dos economistas madeirenses, defendeu, ontem, o fim dos subsídios e a flexibilização do modelo definido para as ligações aéreas que servem o arquipélago madeirense.

Para o economista, o ideal seria a implementação de um modelo mais flexível que viabilizasse permanentes correções e deixasse o destino funcionar por si, pondo cobro aos preços exorbitantes praticados pela TAP, que acabam por se refletir no comportamento do mercado. "Assim, é perfeitamente natural que a easyJet se coloque 1

euro abaixo da TAP", vinca.

Os problemas com a TAP e as ligações à Região são, observa Paulo Pereira, uma questão histórica. "Não podemos ter um modelo há 4 anos à espera de revisão e continuar a criar distorções cada vez maiores", sublinha, lembrando que a TAP "mudou de mãos" e que os contribuintes vão gastar 4 milhões sem benefícios para a Madeira.

"Em nada beneficiamos com o facto de a TAP ser pública, nem aviões temos para o Porto Santo", critica.

No entender de Paulo Pereira, os madeirenses deviam pagar um valor pelas passagens – por exemplo, 65 euros – que, ao abrigo da continuidade territorial, permitisse acesso à capital do País ao mesmo preço que "um senhor de Bragança".

"Isto seria suportado pelo Or-

'Bazuca' não vai resolver tudo

"Há uma fé na 'bazuca', mas não sei se vai resolver todos os problemas do mundo", diz Paulo Pereira, lembrando que as dificuldades na retoma das principais economias do mundo vão ter consequências no poder de compra da população e consequentemente afetar o turismo da Madeira.

"A Alemanha vai atravessar uma crise energética grave. Esta economia está já a perder competitividade e recorde-se que os alemães são dos turistas que mais viajam para a Região", exemplifica. Por outro lado, muitas empresas regionais recorreram ao endividamento para enfrentar a pandemia. "Não se sabe como vai correr a recuperação", conclui.

çamento de Estado. Deixaria de ser a tia de Bruxelas a pagar as contas, seriam os tios do continente", ironiza.

Nas vésperas da Conferência Anual do Turismo (CAT), que decorre, amanhã, no Centro de Congressos da Madeira, sob o tema 'Resiliência & Recuperação', Paulo Pereira aborda também o problema da falta de mão de obra no setor turístico, alertando para os perigos da subida irrefletida dos salários.

Salários podem afetar turismo

"Os salários só devem subir através do aumento de produtividade e não por imposição social porque os empresários ou passam estes aumentos para consumir ou vão esgotar a sua margem financeira e colocar em risco o negócio, podendo agravar o desemprego", alerta,

considerando que, uma vez terminados os subsídios de desemprego, este problema vai tender a se equilibrar.

Para Paulo Pereira, a questão que se coloca é se o destino é capaz de suportar estes custos e se os turistas que visitam a Região estão dispostos a pagar mais.

Não tendo as empresas condições para lidar com um aumento de custos com a mão de obra, depois do impacto da paragem forçada pelo confinamento e pela covid-19, a subida de salários deve ser rigorosamente analisada.

"A falta de recursos humanos advém de um pico de procura e do facto de muitas pessoas estarem em casa com subsídio de desemprego. Depois da paragem, a primeira reação foi não renovar contratos a termo, já que o custo com o pessoal era a principal despesa", lembra, explicando que o facto de a tributação para estas classes laborais fazer com que seja praticamente indiferente estar a trabalhar ou no desemprego fomenta a falta de mão de obra, até porque estes trabalhadores pouco ou nada perdem em termos de progressão de carreira.

Assim sendo, a melhor opção seria, acredita Paulo Pereira, as empresas apostarem na qualificação dos colaboradores, fazendo com que o aumento da produtividade sustentasse a subida dos salários.